CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Fl. 29
SERVIDOR 6046
MAT.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei N° 224/2014
Autor: Toinho Carolino
Ementa: Renova o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Moradores do Alto do Cabrito e Adjacências.

RELATÓRIO

A proposição em análise tem o escopo de renovar o reconhecimento de Utilidade Pública Municipal da Associação de Moradores do Alto do Cabrito e Adjacências.

Recepcionado em Sessão Ordinária, em 14 de Outubro de 2014, nos termos do Regimento Interno, o projeto foi encaminhado ao Setor de Análise e Pesquisa, que após análise quanto à duplicidade e documentação solicitada em lei, concluiu que o mesmo preenche os requisitos da legislação (relatório à fl. 27).

Na justificativa, o autor ressalta o trabalho da Associação que desenvolve ações e projetos voltados para a comunidade de forma contínua, por meio de aulas de capoeira, boxe, teatro, dança de rua e profissional, dentre outras atividades.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Sobre a competência do legislador municipal para tratar da matéria em questão, dispõe a Constituição Federal:

> Art. 30 Compete aos municípios:
>
> I - legislar sobre assuntos de interesse local
>
> (...)

O assunto também é tratado nos arts. 44 e 46 da Lei Orgânica do Município de Salvador e nos arts. 13, III e 161 da Resolução 910/91 - Regimento Interno.

O autor apensou à proposição cópia dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos na Lei 5.391/ 1998, alterada pela Lei 6.246/ 2002, que são: personalidade jurídica, efetivo e contínuo funcionamento há mais de 12 (doze) meses, não ter fins lucrativos, prestação de contas do último exercício financeiro e gratuidade das funções de seus dirigentes.

O art. 3° da Lei 5.391/98 diz que "a concessão de utilidade pública terá prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser renovada por igual período."

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL 30
SERVIDOR 6046
MAT.

A Associação de Moradores do Alto do Cabrito e Adjacências teve a sua concessão de utilidade pública renovada, pela última vez, em 2008 através da Lei n° 7.494/2008.

VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias que nos forem apresentadas para exame, nos termos do art. 61, inciso II do Regimento Interno.

A proposição em tela encontra-se em conformidade com o texto constitucional, atende aos requisitos determinados na legislação municipal (Lei 5.391/98), ao disposto no Regimento Interno desta Casa e à boa técnica legislativa (Lei Complementar 95/98).

Ante o exposto, opinamos pela **regular tramitação** do Projeto de Lei N° 224/2014.

Sala da Comissão, em 04 de Novembro de 2014

Kiki Bispo
Relator
Presidente da CCJ

Eron Vasconcelos
Vice-Presidente

Cláudio Tinoco

Alfredo Mangueira

Geraldo Júnior

Waldir Pires

Leo Prates